

13/11/2003

CARTA ABERTA

O Conselho de Ciências Humanas preocupado com a situação da Unimep enquanto Instituição particular e, portanto, passível de dificuldades financeiras, tendo em vista a conjuntura econômica e política do país, a exemplo de outras universidades particulares, e com medidas administrativas da direção geral do IEP e da Reitoria, avaliou ser importante compartilhar com a comunidade universitária suas posições frente a essa realidade. A temática da crise financeira retorna e assombra a Universidade, o que não é um blefe, assim como não é uma realidade isolada do momento histórico em que vivemos. Sabemos que as transformações econômicas do capitalismo financeiro global têm produzido quadros recessivos fundamentalmente alavancados pelas mudanças no sistema produtivo que têm fomentado a exclusão social sem precedentes. Os segmentos médios da população, que podem ser considerados um termômetro da crise, vem perdendo cada vez mais seu poder aquisitivo como também espaços de empregabilidade, o que repercute diretamente no acesso dos jovens desses segmentos ao ensino superior. Paralelo a isso, tivemos nos últimos anos um aumento significativo de instituições de ensino superior, motivado pela visão mercantilista do ensino que incentivou empresários a buscarem lucros nesse tipo de empreendimento e pelo descaso com o ensino público por parte do Estado. Nesse quadro, as instituições de ensino superior, independentemente de suas propostas educacionais, passam a ser quase um artigo de luxo para jovens da classe média. Além disso, a formação superior, embora ainda seja um critério de ascensão profissional, não é mais uma garantia de emprego e de status social tornando-se, nessa perspectiva, um investimento de alto risco. Sem esquadriharmos essa problemática, a consequência desses fatos é óbvia: declínio do número de jovens que podem ou querem investir na formação universitária. Frente a essa realidade, o critério de escolha da instituição para a formação profissional dos jovens que possuem escassos recursos financeiros, será basicamente

econômico. A utilização desse critério coloca essa população frente ao seguinte dilema, já que poucos têm acesso ao ensino público, pagar mensalidades menores com prejuízo da qualidade do ensino ou escolher universidades qualitativamente conceituadas com mensalidades mais caras. Assim, uma crise nas instituições de ensino superior privadas é uma consequência inevitável, especialmente aquelas que implicam em um alto investimento financeiro para os jovens e seus familiares.

A crise financeira da UNIMEP pode ser colocada nesse contexto assim como pode estar relacionada a outros fatores, como a gestão financeira da própria instituição, o que merece um estudo sério e sem retoques. É nessa direção que nos movemos para conhecer a real situação da Universidade como protagonistas dessa Instituição, a qual construímos cotidianamente através do nosso trabalho. Essa carta tem o propósito de chamar a atenção para a atual ausência de diálogo entre o acadêmico e o administrativo e colocar a necessidade de criar espaços de interlocução com as instâncias administrativas que tomaram para si a tarefa de “solucionar” a crise, o que de fato é um trabalho que lhes compete, o temeroso é que seja a qualquer custo, o que pode implicar na lógica de “matar a doença matando o doente”.

Temos assistido a inúmeras ações administrativas voltadas para a “otimização econômica” na lógica da racionalização administrativa. De fato, é necessário que usemos a razão para o planejamento organizacional, porém, é mais do que necessário que tal racionalidade esteja referenciada nos princípios e objetivos da Instituição, sem o que construiremos uma “esquizofrenia institucional”, ou seja, uma incapacidade de atingirmos os fins que almejamos. No caso da UNIMEP, parece-nos que tais fins estão claramente expressos no pacto que construímos há anos com a Política Acadêmica. Sem entrarmos nos meandros da Política, sabemos que ela tem sido o parâmetro balizador dos projetos acadêmicos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e foram essas referências que qualificaram os dados da avaliação institucional realizada recentemente. Desde sua sistematização e aprovação nos colegiados, as instâncias acadêmicas têm buscado concretizar tal Política através de interpretações possíveis tendo como foco a natureza e a realidade das áreas de conhecimento. No

tocante as ações administrativas se observa um distanciamento das referências da Política Acadêmica. Ainda que as categorias do Processo Administrativo não tenham sido sistematizadas, a dimensão valorativa dessa Política deveria ser referência para todas as ações institucionais, mesmo diante das tensões existentes entre essas duas dimensões. Se o administrativo não é, simplesmente, um meio para os fins acadêmicos esse deveria nortear-se pelos mesmos princípios apregoados na Política Acadêmica, porém, até o momento, o administrativo parece obedecer uma lógica diversa àquela dos fins últimos que nos comprometemos na Política Acadêmica ou seja, buscar a indissociabilidade do ensino pesquisa e extensão como critério de qualidade acadêmica, aprimorar o exercício democrático entre o acadêmico e administrativo e contribuir com a organização de uma sociedade que não tolere a desigualdade social e a exploração humana. As condutas administrativas atuais vêm provocando ceticismo naqueles que acreditaram na construção de um projeto de Universidade coletivo considerando as proposições da Política Acadêmica da UNIMEP. Nos últimos anos, junto com o esforço de buscarmos concretizar a Política Acadêmica nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, também tivemos que fazer um esforço para suportarmos as incoerências do administrativo que, por vezes, estão ancoradas num projeto de "universidade-empresa". Disso resultou, para muitos que a Política Acadêmica representa apenas um discurso esvaziado de sentido.

A crise que vivemos agora, e que não é a primeira, tem colocado como novidade um estilo administrativo altamente centralizador que se mostra com mais ênfase a partir do momento em que a Direção foi bipartida como Direção Geral e Reitoria, uma vez que na atual gestão a comunidade universitária é chamada apenas para referendar resoluções definidas pelos administradores sem nenhuma transparência. Tais resoluções são as mesmas que os empresários têm usado, especialmente aquelas voltadas para a redução da mão-de-obra e achatamento salarial. Nesse contexto, somos submetidos a resoluções que ferem nossos projetos acadêmicos.

Somos profissionais de formação superior, em tese, aqueles que deveriam contribuir para a superação de problemas vivenciados pela sociedade. Não temos

respostas para a maioria dos problemas e a solução de muitos não depende apenas de uma análise científica, porém esse é nosso papel, analisar e construir alternativas, e mais, fazer isso de forma democrática, envolvendo a todos no processo de tomada de decisões. Esse papel nos tem sido negado e a isso estamos nos opondo, ao nosso silenciamento, que significaria cumplicidade com ações que materializam um projeto de Universidade e de Sociedade que não desejamos.

Esse documento reclama outro imperativo, aquele do debate, da transparência, da democracia e do esforço em direção à construção de uma cidadania no interior da própria universidade. Para tanto é fundamental que as decisões administrativas estejam ancoradas em dados obtidos através de um processo de avaliação que dê continuidade ao processo de avaliação institucional recentemente realizado pelas instâncias acadêmicas. Qualquer racionalização da Universidade deve partir de um diagnóstico institucional que seus agentes podem e devem construir, sem a ingerência de agências externas que desconhecem nossos fins últimos e se movem por concepções de avaliação empresarial nas quais punições diversas são a solução para as crises institucionais sem considerar que podem existir outras alternativas coerentes com a história da UNIMEP. O sentido da palavra crise indica que é um momento difícil, mas também de crescimento, de aprendizagem. Essa visão vem se materializando na nossa trajetória, na qual as crises sempre estiveram presentes. Nesse momento é necessário que a academia e a administração ajam com sabedoria e prudência para enfrentar as dificuldades, que também são as do país, e garantir a continuidade da história da UNIMEP como uma Universidade diferenciada, que sempre se manteve, inteligentemente, afastada da lógica empresarial.

Conselho da Faculdade de Ciências Humanas